

DA CAFEICULTURA À PECUÁRIA: A HISTÓRIA DA ECONOMIA PRÉ-INDUSTRIAL DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

José Mauricio Cardoso do Rêgo
Mauro Castilho Gonçalves
Ademir Pereira dos Santos

GRUPO DE TRABALHO: GT1: Desenvolvimento regional, planejamento, governança, controle social e gestão do território

RESUMO

O propósito do ensaio é investigar como as economias de subsistência, do café e da pecuária, que dominaram o Vale do Paraíba paulista até metade do século XX, moldaram os aspectos físicos e sociais da região. A preocupação está centrada em desvendar as transformações que deixaram marcas indelévels na paisagem e na vida das pessoas – as chamadas rugosidades (Santos, 2006) – e nos legados culturais dos séculos anteriores à industrialização. A pesquisa prova que, bem antes do café e da pecuária se tornarem hegemônicos, a região fervilhava com uma economia diversa, baseada na produção e comercialização do fumo, toucinho, açúcar, algodão e a criação de gado, que abastecia principalmente as então capitais, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse passado, registrado pela história não pode ser ignorado. Entender essa jornada econômica – desde essa diversidade inicial até os ciclos posteriores – e sua correlação com a estrutura da vida social é fundamental para desvendar a complexidade da atual Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. O que vemos hoje é fruto de padrões de interação entre elementos que, ao longo do tempo, ora se entrelaçaram, ora colidiram. Essa dinâmica constante, como argumenta Barros (2005), faz da identidade local algo vivo, em permanente transformação – um reflexo claro da própria região, que se apresenta como um todo vibrante, múltiplo e complexo, tanto economicamente quanto socialmente.

Palavras-chave: Economia. Rugosidades. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

1 INTRODUÇÃO:

A proposta do presente ensaio é identificar as rugosidades (Santos, 2006) referentes às economias cafeeira e pecuária na Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte entre os séculos XIX e XX, bem como suas transformações socioespaciais e legados culturais. Pelo estudo das rugosidades produzidas pelos sistemas econômicos identificados é possível entender, com segurança, “os eventos, os períodos e a abrangência de suas múltiplas escalas e determinações, apresentadas pelo processo de supressão, acumulação e superposição das formas geográficas” (Oliveira, 2016, n.p.), assim como suas interfaces políticas, econômicas, sociais e culturais.

O recorte histórico é importante porque a história econômica das cidades do Vale do Paraíba paulista não se resume aos dois séculos identificados. Ao contrário, fontes documentais registram que as cidades, ainda no século XVIII, portanto antes da monocultura cafeeira, tiveram um momento econômico centrado na diversidade de produtos, como “fumo, toucinho, açúcar, algodão, incluindo a criação de bovinos, para consumo e venda, principalmente para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo” (Reale, 1965, p. 143), as duas capitais mais importantes da região.

O conceito de desenvolvimento não é acabado, mas, sim, está em constante transformação (Corrêa; Silveira; Kist, 2019): a realidade econômica apresentada pelas cidades em destaque é compartilhada por muitas outras vilas e povoados do então Vale do Paraíba fluminense, que passaram por um longo período de exploração de recursos naturais não-sistematizados, como madeira, plantas, animais (Dean, 2004), assim como a produção agrária para subsistência. Submissas a um governo ausente e omissas das grandes discussões, a região toda só vai entrar em contato com a produção sistematizada no início do XIX, sem deixar de pagar um preço muito alto por tal opção.

Buscar o entendimento da história econômica dos municípios para se compreender a RMVPLN faz-se necessário, pois é certo que existem padrões de interrelação entre os vários elementos que incidem, colidem e se repelem dentro do seu território, tornando a identidade local um fenômeno dinâmico e contínuo (Barros, 2005) e que, invariavelmente, refletem também na região com um todo altamente complexo, múltiplo e dinâmico.

2 O CONTEXTO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DAS CIDADES DO VALE DO PARAÍBA

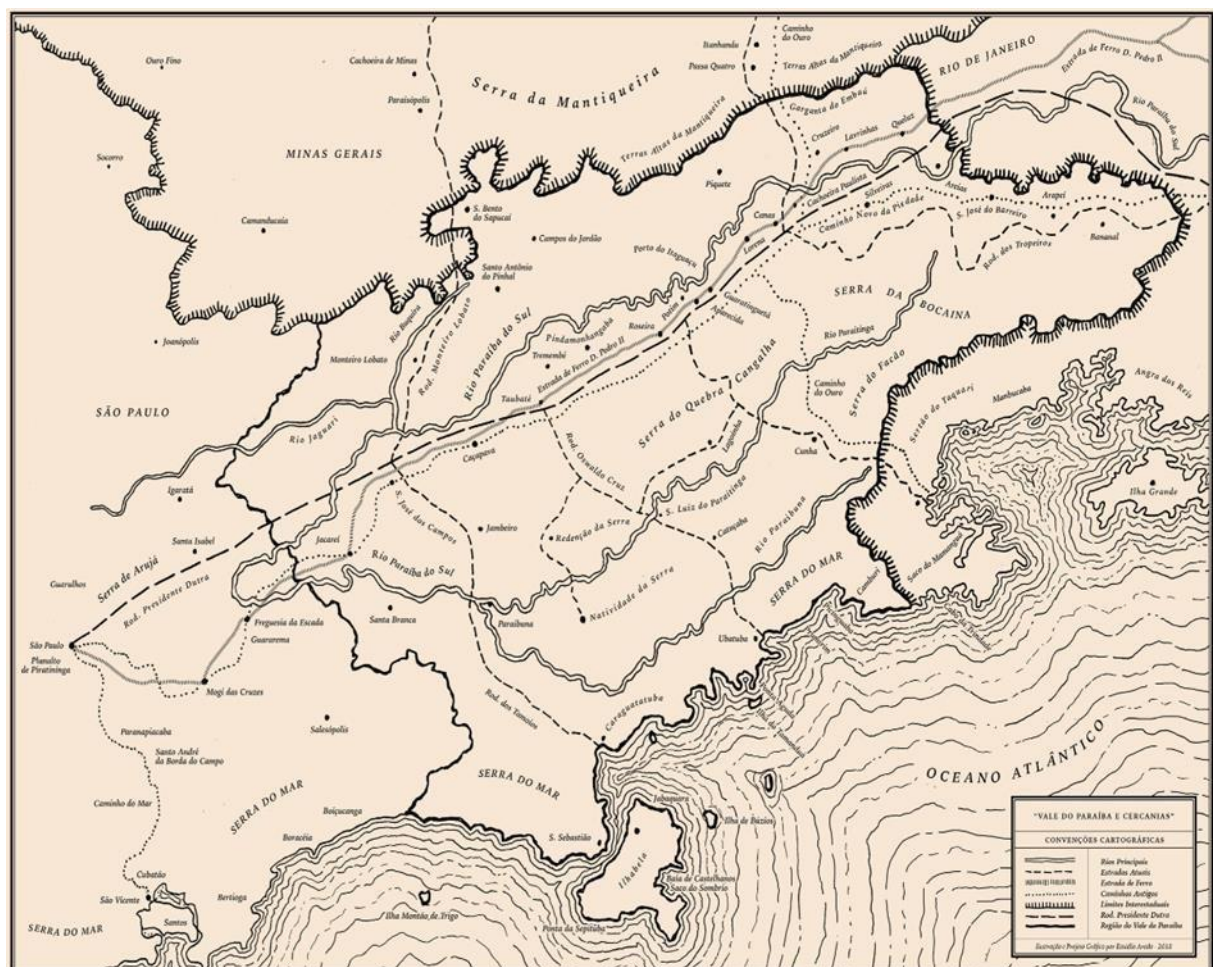
Segundo Cândido (2002), a história da formação econômica e social do Vale do Paraíba está intrinsicamente conectada ao processo de povoamento promovido pelos bandeirantes, marcada pelo nomadismo e predação.

Do mesmo modo, a gênese histórica das cidades que estão localizadas no Médio Vale do Paraíba paulista compartilha de um núcleo comum de formação: todas foram extensões dos interesses de ocupação por parte da Coroa portuguesa e de pessoas de prestígio diante daquela, que precisaram ampliar as suas fontes de renda através da ocupação da terra. Um dado importante nessa relação, segundo Dean (2004), é que a Coroa não só não tinha controle sobre o processo de ocupação de terras como não imprimia valor nenhum ao espaço que concedia gratuitamente aos interessados, via sesmarias.

O espaço ocupado pelos novos desbravadores imprimiu na paisagem do Vale do Paraíba paulista, antes tomada pela floresta tropical, a sua marca: “entornos domesticados, aparados e moldados, para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional (...), resultando em planícies desertas, campos se empobrecem, seus pastos tornam-se magros e lenhosos” (Dean, 2004. p. 24). Sobrinho (s/d.) observa, em consonância com Dean (2004), que antes da chegada dos europeus, os povos indígenas já realizavam pequenos desmatamentos para suas plantações, mas em escala reduzida, permitindo a rápida regeneração natural do solo e da vegetação, graças à fertilidade da terra e às chuvas abundantes. No entanto, com a introdução da agricultura em larga escala — como os

canaviais, cafezais e grandes fazendas de gado — o impacto ambiental tornou-se irreversível. O avanço de pastagens com capim-gordura e outras espécies invasoras substituiu a mata nativa, impedindo a regeneração de madeiras de lei e frutas silvestres. Além disso, a fauna local foi drasticamente reduzida, seja por migração forçada, seja por extinção, marcando uma profunda transformação na paisagem natural.

O resultado do impacto causado pela exploração e apropriação da terra para fins econômicos até o final do século XVIII não foi tão diferente daquele que vai acontecer no período posterior, quando da mudança de rumo econômico, concentrado na produção cafeeira, agora transferida para o Vale do Paraíba paulista: a criação de gado, a agricultura de subsistência e a necessidade de fonte de combustível (carvão) e de material de construção mostrou-se impiedosa para a regeneração da floresta (Dean, 2004).



(rotas da ocupação do Vale do Paraíba. <https://images.app.goo.gl/y4iCadaHcFKQDKVg9>)

O mesmo autor é categórico em afirmar que o sistema de sesmarias, usado para legitimar a apropriação de terras da Coroa, beneficiou elites coloniais no século XVIII, incentivando povoamento, produção e defesa territorial. Como sabido, a Coroa concedia sesmarias a aliados ricos e poderosos, consolidando seu controle. Dean (2004) afirma que os grandes proprietários viam essas doações como insignificantes e ampliavam seus domínios usando laranjas (testas-de-ferro) e familiares, distorcendo o propósito original do sistema.

Partindo, portanto, desse dado de povoamento assistemático, fica evidente que a distribuição e legalização da terra na região (e no Brasil todo) precisa ser entendida por aquilo que ela, de fato, é: latifúndios e minifúndios que, no futuro próximo há de justificar a concentração da terra nas mãos de algumas poucas famílias, facilitando, assim, a monocultura cafeeira e a expansão pecuarista.

Essa informação é importante porque, já no final do século XVIII (Decreto de 1795) a Coroa cria mecanismos para limitar a concessão e legalização da terra usurpada sem utilidade econômica, diretriz prontamente rebatida pelos ocupantes e revogada posteriormente (Dean, 2004).

Mesmo diante dos obstáculos legais apresentados pela Coroa e a limitação física apresentadas pela geografia do Vale do Paraíba o povoamento aconteceu. Sobrinho (s/d), afirma:

“Com o estabelecimento do homem branco, quase sempre português ou seu descendente, no sertão vale-paraibano, esboçam-se as primeiras aldeias e vilas, numa das principais coordenadas da ocupação do solo paulista. Aparecem Jacareí, Taubaté, o núcleo bandeirante mais notável, Guaratinguetá, o ponto chave na interceção da rota de Parati, no litoral fluminense, com o Vale do Paraíba.” (p. 20)

No fluxo da consolidação da apropriação da terra, os povoados e vilas do Vale do Paraíba apresentam formas de economia instável e de pouca geração de riqueza, concentrada na expansão da agricultura de subsistência, com alternativas de criação de animais para tração e consumo, como o gado, o porco e a galinha (Dean, 2004). Sobre essa particularidade o mesmo autor comenta que entre os animais, os porcos foram os que mais contribuíram para a agricultura colonial. Resistentes a predadores e adaptáveis, alimentavam-se de restos da floresta secundária, tornando-se até agressivos, competindo com animais selvagens. Sua criação era vantajosa por não exigir grandes cuidados, sendo ideais para pequenos agricultores. Além disso, eram facilmente transportados para venda nos mercados locais, consolidando-se como uma opção prática e econômica para a subsistência e comércio nas vilas (Dean, 2004).

O perfil econômico da população que ocupava tais espaços não vai sofrer alterações significativas nos dois processos produtivos em destaque. Ao contrário, essa característica agrária e assistemática há de ser preservada nos modelos seguintes, inclusive durante os processos monocultor cafeeiro e pecuarista. Para subsidiar tal informação há mister registrar que Franco (1969. p. 111) observa a situação de “quase indigência em que se encontrava a região do Vale do Paraíba, nos inícios do século XIX.”

A estrutura social do Vale do Paraíba pré-cafeeiro era composta, portanto, por uma população dispersa, com pequenos núcleos urbanos em torno de povoados, vilas e fazendas. A vida nessas localidades era modesta, com uma elite rural incipiente e uma maioria de mestiços, indígenas e escravizados africanos ocupados em atividades agropecuárias. A região ainda não apresentava a estratificação social rígida que viria com o café, mas já demonstrava desigualdades típicas do modelo colonial. Dean (2004) vai afirmar que, não obstante o ímpeto do conquistador europeu, “a sociedade que habitava a Mata Atlântica era, em grande parte, indígena no final do século XVII, tanto em termos culturais como genéticos” (p. 103), demografia que sofrerá mutação profunda quando da descoberta do ouro em Minas Gerais, surgindo, segundo o autor, o termo “neo-afro-europeus, dada a informação de que a

população neo-europeia não cresceu na mesma proporção da população africana ou mestiça de africanos” (p. 115).

Os latifúndios surgirão e se consolidarão com os canaviais e engenhos, e mais ainda pela exigência da lavoura cafeeira do século XIX (Sobrinho, s/d). Rios (1973) afirma que a transição da economia mineradora para a cafeeira pode ser traduzida pela doação, por parte da Coroa, de vastas sesmarias a clãs poderosos, consolidando, dessa maneira, a concentração da riqueza nas mãos dos grandes proprietários rurais, relegando o pequeno proprietário a mero apêndice da estrutura agrária monocultora. É importante salientar que nem todos os povoados e vilas do Vale do Paraíba paulista tiveram suas economias atreladas a esses dois ciclos. Muitas delas até tiveram contato com uma ou outra, mas poucas são aquelas que, de fato, obtiveram sucesso nesses dois modelos específicos de economia.

Sobre o café, segundo Sobrinho (s/d) é possível identificar, no ano de 1836, as cidades de Areias, Bananal e Jacareí como as mais importantes. Em 1854 aparecem São José do Barreiro, Taubaté, Pindamonhangaba. Juntas, as cidades em destaque produzem 90% de toda produção cafeeira paulista (Sobrinho, s/d. p. 29). Nos anos seguintes, outras cidades vão se juntar ao seletivo grupo, expandindo, então, a monocultura cafeeira pelo Vale do Paraíba, como Guaratinguetá, Caçapava e Lorena. A consolidação do sistema de latifúndios há de impactar diretamente na configuração da sociedade brasileira, em especial a cafeeira.

A cultura do café firmou-se, definitivamente, tanto no estado do Rio de Janeiro (Vassouras e Resende) quanto no Vale paulista: “seu período áureo na província do Rio de Janeiro vai de 1850 a 1870. O apogeu, na zona bandeirante, de 1850 a 1887” (Sobrinho, s/d. p. 26), como mostra o mapa a seguir:



Fonte: <https://images.app.goo.gl/byy1ZGGx2LwMHCFK8>

A mão-de-obra negra foi fundamental para a manutenção da produção cafeeira. Se ela é praticamente ausente da história vale-paraibana anterior ao café, com a mudança do perfil econômico da região, ela passa a ser o eixo da história econômica, sendo, inclusive, identificada “como o capital por excelência, pois tinha de ser vestido, alimentado e instrumentalizado (Rios, 1973. p. 03). O escravo era, nesse sentido, mais importante que a

própria existência da fazenda. Martins (2004) afirma que o escravo era o principal investimento do fazendeiro, funcionando como um "capital imobilizado", um tributo pago antecipadamente ao traficante, na expectativa de lucros futuros. O proprietário comprava, acima de tudo, a capacidade produtiva do cativo, pois a terra, sem trabalhadores, tinha pouco valor econômico. Enquanto a terra era secundária, o trabalhador escravizado, por si só, representava um bem valioso, sendo o verdadeiro alicerce da riqueza agroexportadora.

Christillino (2015) afirma que, para se ter uma ideia da demografia brasileira do século XIX e a porcentagem e impactos referentes à população negra e escrava, é preciso entender essa correlação: no início do século, a população total era de aproximadamente 4,5 e 4,8 milhões, e cerca de um terço seria escrava. Na metade do mesmo século, essa população salta para 7,5 milhões, com a população escrava respondendo a aproximadamente 30% do total. O censo de 1872 apontaria a existência de 10,1 milhões de habitantes, com a população escrava próxima de 1,5 milhão. Em 1886/87, às vésperas da abolição da escravidão, ainda havia cerca de 700 mil escravos espalhados pelo país.

Essa dupla dependência da mão-de-obra escrava na produção cafeeira no Vale do Paraíba vai gerar uma contradição de difícil solução: se por um lado o escravo era considerado a fonte principal de capital para o fazendeiro e ao mesmo tempo o sustentáculo da produção, como resolver o problema entre oferta e procura (Martins, 2004) pela mão-de-obra, agora limitadas pelas leis abolicionistas? Uma das possíveis soluções, sabemos, pode ser encontrada na política de incentivo à imigração de trabalhadores estrangeiros, a partir de 1850, que não pode ser aplicada à região colocada em destaque, vez que a "mentalidade do fazendeiro tinha, pois, raízes sociais definidas e expressava a forma de capital que estava na base do seu empreendimento" (Martins, 2004. p. 61). Rios (1973, p. 12) vai afirmar que "em todo o Vale do Paraíba, o trabalho livre era considerado prejudicial às fazendas, o que por outro lado explica a rápida decadência delas após a abolição da escravatura".

No caso específico do Vale do Paraíba paulista, os dados de 1884 mostram que a população negra, subjugada aos interesses econômicos da elite regional vale-paraibana, correspondia ao número de 56.000 escravos. Sobrinho (s/d) afirma que na região, as cidades que apresentaram maior número de cativos foram Bananal (6,928), seguida por Guaratinguetá (5,014), Taubaté (4,537) e Pindamonhangaba (3,705).

Essa população, contemplada pelas leis abolicionistas, não será integrada à sociedade pós-café. Ao contrário, "os velhos eram largados à própria sorte e os jovens que fossem arranjar sua vida. E aqueles ex-bens semoventes se marginalizavam, viviam de expediente, trabalhavam o suficiente para não morrerem de fome" (Sobrinho, s/d. p. 108). Dean (2004) vai afirmar que "os líderes republicanos encaravam os ex-escravos e mulatos com antipatia e os relegavam aos escalões mais baixos da nova ordem social (p. 229). Muitos ex-escravos migraram para cidades como Jacareí, Guaratinguetá e Taubaté em busca de trabalho e moradia, mas enfrentaram discriminação e falta de oportunidades, situações plenamente compreensíveis nos dias atuais, dadas as informações disponíveis pelo IBGE sobre o tema.

Na história cafeeira paulista há um dado que merece atenção, pois vai modificar as relações de extração da riqueza da terra: o emprego de mão-de-obra estrangeira, em especial alemães e italianos, no Oeste paulista. Tal recorte é importante, pois no Vale do Paraíba tal interferência foi inexistente, pois os fazendeiros do Vale do Paraíba, formados na mentalidade colonial, viam a escravidão como indispensável à lavoura, rejeitando veementemente as propostas de

trabalho livre. Martins (1990) afirma que, mesmo pressionados pelo governo, resistiram a adotar modelos alternativos, como a formação de colônias, demonstrando sua inflexibilidade diante das mudanças sociais e econômicas em curso. Essa postura refletia seu apego ao sistema escravista como base de sua estrutura produtiva.

A economia do café no Vale do Paraíba está intrinsicamente conectada com os grandes movimentos da política nacional. Sua cultura foi a força econômica que sustentou o império brasileiro, comandado por Dom Pedro II (Martins, 1990). Enquanto os benefícios eram mútuos, todos os grandes players do mercado levaram vantagens. Mas o fim do século XIX traz, no seu bojo, transformações impactantes para a realidade econômica do Vale do Paraíba. Martins (1990), afirma que o Império perde força com o declínio dos fazendeiros do Vale do Paraíba, muitos dos quais vendem suas propriedades a preços abaixo do valor real. Enquanto isso, os novos cafeicultores do Oeste paulista, detentores do poder econômico, passam a enxergar a monarquia como um obstáculo aos seus interesses. Buscando maior influência política, aliados às camadas médias urbanas e ao Exército, promovem a queda do regime imperial e instauram a República, consolidando uma nova ordem baseada em seus projetos de modernização.

Em 1920, o então presidente do Banco do Brasil, Cincinato Braga, em discurso na Câmara Federal foi certo quando afirmou que “felizmente, o café é a esfinge que não devora, e mesmo indecifrado, mesmo maltratado, sem propaganda, continua sendo (...) o ouro do Brasil, que lhe deve tudo, até a própria civilização” (Sobrinho, s/d, p. 125).

A história passa agora a girar em torno dos grandes cafeicultores do Oeste do estado de São Paulo. E o Vale do Paraíba passa a centralizar sua economia na agropecuária, pois as grandes fazendas, assombreadas pelos imensos cafezais, já não têm importância para a economia nacional. Com o declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba, devido ao esgotamento do solo e à escassez de mão de obra, a pecuária se tornou a nova atividade econômica dominante. As antigas famílias cafeeiras abandonaram as fazendas, migrando para cidades ou novas regiões produtoras. Em seu lugar, pecuaristas mineiros, especializados em gado de corte e leite, adquiriram essas propriedades a preços baixos, assumindo o controle de terras antes valorizadas pelo café. Com práticas simples e sem preocupação com cultivos anteriores, esses novos donos substituíram os cafezais remanescentes por pastagens, adaptando a paisagem à criação de gado e marcando o fim de uma era (Sobrinho, s/d).

Franco (1969) traça um panorama assustador sobre o novo ciclo, cujas consequências são visíveis na geografia do Vale do Paraíba: com o declínio do café no Vale do Paraíba, a pecuária leiteira tornou-se a nova base da grande propriedade rural, ocupando extensões territoriais comparáveis às dos antigos cafezais. A produção adotou técnicas rudimentares e extensivas, sem investimentos em melhoramento genético ou estabulação, já que a região não possuía mercados próximos exigentes em qualidade. Toda a produção foi direcionada para atender a demanda de São Paulo, priorizando volume e baixo custo em detrimento da qualidade do leite. Assim, os fazendeiros mantiveram sua lógica de maximizar lucros com mínimos investimentos, replicando no setor leiteiro a mesma mentalidade que marcara a era cafeeira: exploração extensiva e descaso com a modernização produtiva.

O novo fazendeiro carrega no seu inconsciente os valores da sociedade escravocrata, alheio à existência e à colaboração derivada de um novo perfil econômico: o empregado rural. Sobre essa nova relação, Franco (1969, p. 236) afirma: “muito no velho estilo, o fazendeiro que

conservou os antigos padrões de vida, ainda exerce um poder considerável (...) e, diante desse homem, o arrendatário, o pequeno comerciante sentiam-se impotentes”.

Em paralelo à atenção direcionada para a estrutura produtiva cafeeira, é preciso atentar para o fato de que a economia dos séculos XIX e começo do XX não girava somente em torno dos grandes senhores e seus planteis de escravos. Existe um sujeito nessa temática que precisa de uma atenção quando o tema é trazido à discussão: o homem livre. Christillino (2025) traz esse elemento à tona, quando questiona: “Se a média brasileira de escravos, no quadro geral da população, não ultrapassou 16% do seu contingente total, quem eram os 84% restantes de homens livres?” (p. 59).

Sabemos, pelos dados trazidos pelo tema, que grande parte desse grupo tirava seu sustento do trabalho no campo, extraindo sobrevivência das lavouras e nas criações de animais necessários para o abastecimento do mercado interno (Christillino, 2015), quando não estava atarefada abrindo clareiras na mata Atlântica para o cultivo do café ou pastoril de rebanhos. Dean (2004) refere-se a esse grupo como caboclos ou caipiras, designações pejorativas estabelecidas por aqueles que moravam nas vilas e povoados, bem como nas grandes fazendas. Eram “lavradores com títulos de suas terras, agregados, dependentes, posseiros de terras ‘devolutas’, entre outros” (Christillino, 2015. p. 59).

Importante salientar que esse grupo mantém uma estrutura de percepção da realidade bastante peculiar. Franco (1969) afirma:

“De outro lado, as condições pregressas da vida do caipira continuam a pesar sobre seu destino. O passado ainda faz dele um desajustado à disciplina das fazendas e sua tendência para resolver seus problemas com a mobilidade se acentuou, visto que se tornou ainda mais desenraizado. Reclama por não receber chão para suas roças, mas também sua instabilidade o leva a não plantar, mesmo quando o recebe. Ademais, os seus hábitos descansados fazem com que o trato das suas próprias roças lhes pareça uma sobrecarga, após o trabalho devido nas fazendas.” (p. 236)

Mas o mundo orgânico dos séculos XIX e XX se apresentou mais dinâmico que a mera redução à fazenda e sua realidade. Se existiram espaços ocupados por pessoas livres no sistema rural, existiam também as vilas e cidades, que apresentavam estruturas comerciais e burocráticas consolidadas, amplamente sustentadas pelo homem livre e pobre no sistema social (Franco, 1969). A autora afirma ainda: “Foram esses serviços residuais, que na maior parte não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio, que ofereceram as oportunidades ao trabalhador livre” (Franco, 1969. p. 61). A começar pela manutenção do próprio sistema produtivo cafeeiro, que tinha nos tropeiros a garantia do escoamento da produção particular nas fazendas e do abastecimento de víveres de todas as montas (Franco, 1969). Nesse processo é possível identificar duas categorias: aquela subordinada às fazendas (camaradas) e aquela que mantinha tropas de aluguel. Esse segundo tipo de comerciante “estava pouco ligado ao grande fazendeiro, porque ambos entravam em contato em termos de uma relação de mercado, sem a interferência de obrigações necessárias de ordem pessoal.” (Franco, 1969. p. 63)

Outro ator importante na manutenção do sistema produtivo agrário diz respeito ao vendeiro, “único agente ocupado em atividades comerciais e ao mesmo tempo inserido na vida comunitária” (Franco, 1969. p. 76). Sobre o papel desempenhado por esse ator no cenário econômico analisado, a autora afirma:

“Em resumo, a posição do vendeiro, incerta e oscilante, se localizava nos intervalos dos grupos componentes do sistema social. Sua atividade transcorria na intersecção dos planos em que se desdobrava a economia – o mercantil e o de subsistência. Seu comportamento reúne características tanto dos extratos superiores, com a exploração hábil dos esquemas de dominação, quanto das camadas pobres, participando de sua moralidade. Essas condições de sua existência foram sintetizadas na técnica competitiva que foi sua, por excelência: a astúcia e a malícia para criar e exaurir as oportunidades de formar pecúnio num meio em que o dinheiro era escasso.” (Franco, 1969. p. 79)

Já no final do século XVIII surge, em algumas cidades da região, como Taubaté, Lorena, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, “uma camada média urbana, composta por profissionais liberais, comerciantes médios, funcionários públicos, origem da futura classe média brasileira, onde se encontram os elementos mais ativos da sociedade em formação” (Martins, 1990. p. 18). A deferência a essas duas cidades é importante porque a grande maioria das cidades do Império continuaram como extensão das grandes fazendas, como é o caso daquelas que constituem o chamado Vale Histórico, como Areias, Bananal e São José do Barreiro (Martins, 1990).

Em consequência de tal dinamismo das cidades que formavam o então Vale do Paraíba paulista, “há maior diversificação, com vários ofícios novos, demonstrando mudança do tipo de necessidades do mercado consumidor ou uma maior independência em relação aos centros externos de abastecimento” (Müller, 1969. p. 64). Franco (1969. p. 211) vai afirmar que, “com referência à degradação do trabalho, ou a sua aceitação como prática básica do cotidiano de homens livres, as variações determinadas pela organização social e pelo processo econômico foram grandes”.

Müller (1969) passa a elencar, então, tais profissões exercidas pelo homem livre urbano, que apresenta sua contribuição remunerada para o progresso da cidade: oleiros, marceneiros, funileiros, carpinteiros, colcheiros, serralheiros, ferreiros, caldelheiros, ourives, alfaiates, sapateiros, farmacêuticos, confeiteiros, relojoeiros, chapeleiros, barbeiros, comerciantes e uma infinidade de outras profissões e atividades espalhados em 1.106 estabelecimentos comerciais.

Portanto, enquanto a elite agrária lutava para manter seu poder, uma nova classe média de profissionais liberais, burocratas e operários surgia nas cidades em crescimento, como Taubaté e Guaratinguetá. Muitos desses homens e mulheres buscavam adaptar-se às mudanças ensejadas, seja migrando para outras profissões, seja participando ativamente da política local, ainda dominada por oligarquias, mas já sob pressão por reformas modernizantes.

Müller (1969) vai afirmar que o conjunto das cidades do Vale paulista, não obstante a euforia econômica vivenciada no passado, está agora em compasso de espera de uma nova oportunidade de desenvolvimento, que vai acontecer com a industrialização. O autor conclui, de maneira positiva sua perspectiva graças ao histórico de desbravamento, enfrentamento de desventuras e audácia de inovação, elementos próprios de uma região em pleno dinamismo existencial.

3 METODOLOGIA

O ensaio buscará analisar as transformações econômicas e sociais ocorridas no Vale do Paraíba paulista, compreendendo os períodos correspondentes à fases da colonização e exploração dos recursos naturais, o auge da cafeicultura nos séculos XIX e XX, e a transição para a pecuária no período pré-industrial, bem como as rugosidades de tais processos para a identidade dessa que é uma das regiões econômicas mais importantes do Brasil atual.

Concomitante a esse interesse, existe uma preocupação em identificar as personalidades dos atores humanos presentes no processo, com intuito de se produzir informações que, à vista do autor do ensaio, estão presentes na configuração da identidade regional. Ou seja, uma personalidade coletiva que perpassou gerações e ciclos econômicos sem apresentar mudanças substanciais na sua configuração.

Para a boa execução do processo científico, o presente ensaio está sedimentado na metodologia qualitativa, pois possui intento de compreender processos históricos, relações sociais e significados das transformações espaciais acontecidas no Vale do Paraíba paulista entre os séculos XIX e XX, resultando numa abordagem indutiva e flexível sobre a realidade da RMVPLN do século XXI.

A abordagem teórico-conceitual consiste em analisar o conceito de rugosidades (Santos, 2006) deixadas pelos sistemas econômicos cafeeiro e pecuário na região do Vale do Paraíba paulista, as formas econômicas (Oliveira, 2016) de sobreposição, supressão e acumulação no território investigado, bem como a compreensão das mudanças socioeconômicas como processos não lineares, marcados por rupturas e continuidades.

As fontes secundárias correspondem ao suporte de bibliografia especializada em histórica econômica do Vale do Paraíba paulista, bem como em artigos científicos sobre cafeicultura, pecuária e transformações socioespaciais relativas à região.

Os procedimentos metodológicos ficam concentrados na análise historiográfica (comparação entre os diferentes séculos que compõem o período estudado para identificar continuidades e rupturas), socioeconômica (identificação de grupos sociais envolvidos, como fazendeiros, escravizados, imigrantes, trabalhadores livres) e dialética (discussão sobre como as rugosidades do passado influenciam a configuração atual do Vale do Paraíba).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão sobre as rugosidades históricas, econômicas, sociais e culturais produzidas pela dinâmica do Vale do Paraíba paulista é muito rica. Há inúmeros pesquisadores e autores que se debruçaram sobre as diversas facetas do tema e apresentam para nós, ainda hoje, particularidades que se somam àquelas já estudadas, debatidas e compartilhadas, quer no meio acadêmico, quer naqueles que fomentam discussões pertinentes à temática exposta, como se pode conferir nas inúmeras citações alocadas no texto.

O propósito do presente ensaio é trazer à pesquisa as informações necessárias para a compreensão da gênese e da formatação da região valeparaibana, concernentes não só aos primeiros séculos de partilha e povoação dos amplos espaços geográficos, mas também a análise das dinâmicas futuras, também embasadas no processo de organização e

instrumentalização dos recursos naturais em benefício de uma civilização em processo de formação.

A ação antrópica aqui empreendida de fato modificou a natureza, sujeitando-a aos seus interesses e o impacto ambiental derivado dessa interferência, gerou consequências que ainda hoje são objetos de discussões e investigações.

Pela perspectiva positiva, é possível vislumbrar que a os movimentos históricos próprios de uma região de grande interesse para a Coroa portuguesa e, mais adiante, para o Estado brasileiro, lograram êxito em relação à identidade e exploração das potencialidades econômicas aqui disponibilizadas: as diversas fases da economia regional, mesmo identificadas como periféricas (Santos, 2006), conseguiram produzir mecanismos de resiliências, fundamentais para a reorganização do espaço produtivo. Responder às muitas frentes, como a local, regional e internacional, fez com que a sucessão de acontecimentos, positivos e negativos, não fosse suficiente para gerar ostracismo e falência de um sistema essencialmente fluido. Entender que os três grandes projetos empreendidos em larga escala no Vale do Paraíba é de fundamental para se entender o que a RMVPLN é hoje. Subsistência, café e pecuária formam, então, a tríade necessária não só para a sobrevivência econômica da região, mas, também, para o impulso à industrialização de algumas cidades.

O legado duvidoso de tal programa político, econômico e social relativo às rugosidades é mais evidente e exige de nós, pesquisadores, um pouco mais de atenção. As consequências deixadas pela exploração desordenada e desenfreada, somadas às negligências das autoridades políticas, comprovam que o Vale do Paraíba, hoje, é um território arrasado pela avidez do conquistador e pela ganância daqueles que fizeram fortuna com o café e a pecuária. A devastação ambiental produzida pelos sistemas econômicos, amplamente documentada por Dean (2004), prova que cobertura florestal que temos hoje é insuficiente para prover a subsistência de inúmeras espécies da flora e da fauna, bem como para a qualidade de vida das próximas gerações. A concentração da terra ainda continua, como fatalidade histórica, concentrada nas mãos de algumas poucas famílias, justificando o latifúndio improdutivo das vastas paisagens de braquiárias (antes, capim gordura). A terra, objeto de usufruto de alguns poucos perde a capacidade de regenerar seus próprios processos orgânicos, como é o caso específico do esgotamento de minas d'água, assoreamento de rios e perda de biodiversidade. Da mesma forma, a concentração do processo de industrialização em algumas cidades específicas da hoje denominada Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte mostra um descompasso entre os interesses da elite local, a nacional e a transnacional. Esse fato, somado à concentração da infraestrutura necessária para a promoção da riqueza regional colabora para que algumas cidades sejam alçadas à condição de modernas, ricas e prósperas, enquanto outras, condenadas à estagnação, ao atraso e à periferia do sistema produtivo moderno.

Do ponto de vista social e econômico é preciso direcionar as atenções para três elementos constituintes desse processo que não têm o devido reconhecimento, quer pela falta de identidade, quer pela imposição de uma estrutura social e econômica sufocante à existência dos mesmos: o indígena, o negro escravizado e o branco livre. A pesquisa realizada para compor o presente ensaio mostra que os três, indistintamente, sofreram um processo sistemático de anulação e de desqualificação social.

O indígena, primeiro habitante da Mata Atlântica, praticamente desapareceu da paisagem do Vale do Paraíba, vivendo hoje encurralado em aldeias, comunidades urbanas e territórios insuficientes para a prática da técnica de sobrevivência coletiva pautada pelo nomadismo. Sua herança cultural virou souvenir sem valor agregado nenhum e seu universo linguístico, mero adendo na gramática da língua portuguesa. Tornou-se um pária. Um inútil para o sistema. Sem território, sem floresta, sem identidade nacional, assim como no começo do processo de desbravamento da planície, morros e montanhas do Vale. Anulados ontem e hoje, seus descendentes vagam pelas cidades e povoados da região como subcidadãos, compondo a horda de pobres e rejeitados por uma sociedade ainda programada na ideia da superioridade do bandeirante, do conquistador, do civilizador católico que há muito estigmatizou esse grupo como selvagem. Mesmo a miscigenação forçada não o livra do estigma social: seus descendentes, frutos da violência física e sexual, vai compor o exército de pardos que impulsionarão o sistema econômico sem reconhecimento, condenado às tarefas mais desprezíveis e aos salários mais aviltantes.

O negro, cuja história é mais traumática e aterrorizante que a indígena nacional, não teve sorte diferente: desumanizado em sua natureza, é transplantado para o país, com a intenção de formar mão de obra forçada, gratuita e permanente, quer nas fazendas e cidades do Nordeste, quer nas lavouras de cana e café, no Vale do Paraíba fluminense e paulista.

Terminados os dois grandes ciclos da região, são abandonados e negligenciados por seus antigos donos e, mais cruel, pelo Estado que financiou a sua expropriação. No Vale do Paraíba, tanto quanto no Brasil todo, esse grupo nunca conseguiu autonomia e valorização. Com raríssimas exceções, sua população continua ainda hoje, infelizmente, a ocupar a periferia das cidades que compõem a região e a exercer as piores atividades econômicas, as mais insalubres e mal remuneradas. Importante registrar que os piores índices econômicos e sociais são encontrados nesse grupo altamente vulnerável.

O branco livre, que viveu à sombra dos grandes senhores nos dois modelos produtivos analisados na história econômica da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, continua hoje a sobreviver à mercê dos grandes senhores da indústria e comércio, exercendo profissões e atividades mal remuneradas e baixa qualificação. Parcela considerável desse grupo executa a atividade burocrática do Estado, como funcionários permanentes ou temporários.

O que torna esse grupo interessante para a discussão é que a sua maioria também não conseguiu se desvencilhar das rugosidades culturais moldadas por um passado de subserviência ou de medo daqueles detentores do poder econômico ou político. Esse antigo caipira, agora urbanizado, desgostoso e revoltado com as condições impostas pelo processo de industrialização, acomoda-se numa sensação de impotência, que se traduz por um conformismo resignado (Franco, 1969) e, por isso mesmo, não participa das lutas e reivindicações que são propostas para a melhoria da qualidade de vida. Tal atitude pode justificar a contradição existente hoje na RMVPLN: mesmo que se apresente como região altamente industrializada, a remuneração média das atividades profissionais ligados à produção ou ao comércio é uma das mais baixas do estado de São Paulo, o estado mais próspero do país.

Esse é o panorama geral da formação econômica e social do Vale do Paraíba paulista. Marcada por um dinamismo fluido, tal sociedade se apresenta, ainda dias de hoje, lotada de

idiossincrasias e contradições. Desafiada a responder às exigências da industrialização e urbanização, encontra nas rugosidades deixadas pelos séculos anteriores limites quase que intransponíveis. O reparo aos danos sociais e ambientais não encontram espaços nas agendas públicas e as discussões pertinentes a tais urgências são postergadas, sempre em benefício de postulações universalizantes e mercadológicas.

Pensar a sociedade como espaço promovedor da dignidade humana implica em colocar a história pretérita na mesa das discussões, gerando significados e entendimentos daquilo que somos hoje. Nosso passado precisa ser compreendido e os atores de tal processo serem identificados e reconhecidos, valorizando, assim, suas contribuições, suas limitações e potencialidades. Somente assim o termo “qualidade de vida” poderá, de fato, fazer sentido para todos os habitantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, bem como da nação toda, vez que os elementos justificadores do processo civilizatório são comuns a todas as regiões.

4 CONCLUSÃO

O presente ensaio teve como escopo analisar a formação econômica e social do Vale do Paraíba paulista e as rugosidades deixadas por tais processos durante os séculos de conquista (XVI e XVIII) e de produção cafeeira e pecuária (XIX e XX).

Para possibilitar tal intento, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre os principais eventos econômicos de cada período, bem como a análise de acontecimentos sociais e políticos que marcaram de maneira indelével a personalidade do valeparaibano, agora inserido e participante de uma região metropolitana.

De tudo o que foi investigado sobre a região, fica a convicção de que aquilo que aconteceu aqui não é diferente, infelizmente, daquilo que sucedeu na história da formação do Brasil: uma região marcada pela negligência dos governantes, dilacerada pela especulação da terra e deformada pela ganância de pessoas que não mediram esforços para extrair a maior quantidade possível de sua riqueza em menor tempo possível.

Sua sociedade, forjada sob os chicotes do patriarcalismo e do patrimonialismo, preservou e alimentou a segregação de classes, alijando indígenas, pretos, pardos e brancos pobres do espaço do poder, resultando numa sociedade pobre, descrente do futuro e resignada diante dos infortúnios produzidos pelo privilégio do fazendeiro e do industrial.

Um sistema desumano e desumanizante até os dias de hoje. Suas rugosidades continuam a nos provocar: da beleza exuberante da mata Atlântica descrita por Dean (2004) restam apenas alguns espaços conservados, já que a floresta está em pleno processo de aniquilação; a extração de recursos minerais em pleno vapor, para sustentar, como outrora, as duas capitais metropolitanas próximas; a industrialização segue uma dinâmica em que muitos municípios são excluídos e, por fim, os dados que dizem respeito ao tecido social regional provam que a concentração de renda se mantém nas mãos de poucos privilegiados (por herança ou proximidade do poder político), resultando, como antes, numa população pobre, resignada e avessa às mudanças sociais.

Por fim, é importante frisar que a discussão pode ficar limitada a essa perspectiva. A história, como ficou claro, é dinâmica, e olhar para essa possibilidade nos impulsiona a buscar novos

elementos e a propor outros olhares, suficientes para encontrar nesse mosaico de fatores e elementos, alternativas não só para a sobrevivência da região, mas também, e talvez, mais importante, potencialidades a serem buscadas e aproveitadas por todos os indivíduos que dela fazem parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, J. C. D. HISTÓRIA, REGIÃO E ESPACIALIDADE. Revista de História Regional, [S. l.], v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2211>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas cidades, 2001
- CHRISTILLINO, A. L. O homem livre e pobre no Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, TB., org. Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 57-84. ISBN 978-85-7879- 333-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 24 abr. 2025
- CONCEIÇÃO, A. A. B. O CAFÉ NO VALE DO PARAÍBA: ORIGEM E DECADÊNCIA. https://unitau.br/files/arquivos/category_154/MCH0168_1427384659.pdf
- CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: NOTAS PARA DEBATE. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S. l.], v. 15, n. 7, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- DEAN. W. A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DEAN, Warren. Cadernos de Estudos Sociais, [S. l.], v. 13, n. 2, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1211>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- DEAN, W. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- ENSAIOS sobre café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973.
- FRAGOSO, J. A formação da economia cafeeira do vale do Paraíba. <https://doi.org/10.1590/2237-101X0183409>.
- FRANCO, M. S. C. Homens livres na ordem escravocrata. Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

GALVÃO, P. R. Estrada de Ferro Central do Brasil e suas influências na geografia de Pindamonhangaba/SP. 2012. 89 f. Monografia (Graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, Taubaté, 2012.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Ferro e Fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. DEAN, Warren. Cadernos de Estudos Sociais, [S. l.], v. 13, n. 2, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1211>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MARTINS, A. L. Império do café: a grande lavoura no Brasil 1850 a 1890. São Paulo: Atual, 1990.

MARTINS, J. S. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOTTA SOBRINHO, A. A civilização do café: (1820-1920). 2. ed. São Paulo: Brasiliense, [19--]. 184 p.

MÜLLER, N. L. O fato urbano na bacia do Rio Paraíba. Rio de Janeiro: Divisão cultural, 1969

OLIVEIRA, R. F. RUGOSIDADE: CONCEITO GEOGRÁFICO PARA PENSAR O PATRIMÔNIO CULTURAL. http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468279067_ARQUIVO_TextoFinalEng2016_RAFAEL_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

REALE, E. Pindamonhangaba: cidade do segundo reinado. <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/129085/125720/246440>

RICCI, F. A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba paulista. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26643/18388>

RIOS, J. A. O café e a mão-de-obra agrícola. Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café. 1973.

SÁ, M. R. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. <https://doi.org/10.1590/S010459701996000300014>.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, A. F. O mal das Bexigas na terra dos Barões do café.: Epidemias variolíticas em Pindamonhangaba. 1887/1908. 1999. 148f Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Departamento de Ciências Sociais e Letras, Universidade de Taubaté, Taubaté, 1999.

SILVEIRA, C. Café: um drama na economia nacional. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1962.